



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALUMÍNIO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

036. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **04**.

As escolas do futuro

Um grupo de alunos está reunido na sala de aula no meio de um debate caloroso – estão tentando adaptar um carro convencional em um modelo ecológico e econômico. Essa é apenas uma das lições desta escola, chamada Minddrive, no Kansas, EUA. Esta não é uma escola normal, claro. O Minddrive, na verdade, é um reforço escolar para adolescentes que não vão bem no ensino regular. Mas seu método educativo não é tão exótico assim. Ele é todo baseado em jogos epistêmicos, em que os alunos simulam situações cotidianas e pensam em soluções para os problemas que vão surgindo. “Os desafios que as nossas escolas enfrentam hoje são importantes demais para ficarmos isolados. Precisamos preparar os alunos para o mundo real”, diz David Shaffer, professor de pedagogia da Universidade de Wisconsin e chefe do projeto de jogos epistêmicos para uso na educação.

Green School é uma escola em Bali, na Indonésia, onde tudo é natural: as estruturas são de bambu e as salas de aula, abertas, para que o calor e o vento balineses possam entrar. Criada pelo americano John Hardy, ela se baseia na metodologia do educador britânico Alan Wagstaff, que defende uma maneira de ensinar que conecta aspectos racionais, emocionais, físicos e espirituais. Na prática, isso quer dizer que o conhecimento está dividido em temas, e não em matérias. Por exemplo, no ensino fundamental, crianças de sete anos aprendem “padrões de contagem” pulando corda. Um dos objetivos da Green School é que seus alunos saiam de lá prontos para abrir seus próprios negócios – sustentáveis, de preferência. Ainda durante o ensino médio, eles simulam a criação de uma empresa. E muitas acabam saindo do papel.

(André Gravatá, Marcos Ricardo dos Santos. Editado por Karin Hueck. <http://super.abril.com.br/comportamento/as-escolas-do-futuro>. Adaptado)

- 01.** Uma característica comum às propostas pedagógicas da Minddrive e da Green School diz respeito à preocupação com
- (A) o ensino humanista e alheio às demandas do mercado de trabalho.
 - (B) a formação emocional e, especialmente, espiritual do indivíduo.
 - (C) o aprendizado partindo de formulações teóricas e centrado em abstrações.
 - (D) o desenvolvimento do raciocínio lógico em detrimento do emocional.
 - (E) a aplicação do conhecimento em situações práticas do cotidiano.

- 02.** Dois termos antônimos empregados no primeiro parágrafo são:
- (A) aulas e lições.
 - (B) ecológico e econômico.
 - (C) normal e exótico.
 - (D) escola e ensino.
 - (E) problemas e desafios.
- 03.** Os dois-pontos em – Green School é uma escola em Bali, na Indonésia, onde tudo é natural: as estruturas são de bambu e as salas de aula, abertas, para que o calor e o vento balineses possam entrar. (2º parágrafo) – servem ao propósito de introduzir, com relação à primeira parte da frase,
- (A) um contraste.
 - (B) uma síntese.
 - (C) uma ressalva.
 - (D) um esclarecimento.
 - (E) uma relativização.
- 04.** O termo **para** expressa ideia de finalidade/propósito em:
- (A) O Minddrive, na verdade, é um reforço escolar **para** adolescentes que não vão bem no ensino regular. (1º parágrafo)
 - (B) ... que os alunos simulam situações cotidianas e pensam em soluções **para** os problemas que vão surgindo. (1º parágrafo)
 - (C) Os desafios que as nossas escolas enfrentam hoje são importantes demais **para** ficarmos isolados. (1º parágrafo)
 - (D) Precisamos preparar os alunos **para** o mundo real... (1º parágrafo)
 - (E) ... as estruturas são de bambu e as salas de aula, abertas, **para** que o calor e o vento balineses possam entrar. (2º parágrafo)

Leia o texto para responder às questões de números **05 a 07**.

Em busca do tempo perdido

Houve um tempo, já um pouco distante, em que fui perseguido tenazmente por uma mesma pergunta. Nas dezenas de entrevistas a que fui submetido, tive de responder que rodava mil e quinhentos quilômetros por semana. Isso não pareceria nada estranho aos repórteres se eu fosse um motorista profissional, mas era professor.

O significado que a pergunta começou a formular em minha consciência, contudo, eclodiu passado algum tempo, quando uma repórter, com ar meio incrédulo, acrescentou: “Mas então quantas horas o senhor passa dentro do carro a cada semana?” Pronto, estava estabelecido o conflito íntimo. A partir de então comecei a fazer cálculos, a estabelecer porcentagens, comecei a me torturar. Quanto tempo da minha vida estava jogando fora por semana, por mês, por ano?

Torturei-me durante algumas semanas com essa ideia. Pensei até em mudar de profissão. Jogar fora nas estradas meu precioso tempo pareceu-me de uma irresponsabilidade sem perdão.

Dias depois me lembrei de um poema de Mario Quintana, lido há muitos anos e nunca mais encontrado. Era sobre a passagem do trem por uma estaçãozinha. Havia os que chegavam e havia os que partiam. Além deles havia os que não chegavam nem partiam, apenas ficavam olhando as pessoas nas janelas do trem e sonhando com o mundo além, o mundo possível se houvesse a coragem de partir. E ele arrematava com uns poucos versos em que dizia não importar a estação de partida nem a de chegada. O que vale mesmo, dizia o mago do *Caderno H*, é a viagem.

O poema de Mario Quintana devolveu-me a paz. Sem me sentir culpado por estar jogando fora a vida pela janela do carro, voltei a usar o tempo das travessias, em que o corpo estava preso e condicionado a uns poucos movimentos mecânicos, para soltar a imaginação. Assim foi que, no azul do céu, quase sempre muito azul, debaixo do qual costumava viajar, começaram a surgir revoadas de palavras que aos poucos e aos bandos se combinavam, pintavam cores e formas, botavam algumas ideias respirando e de pé.

(Menalton Braff. www.cartacapital.com.br/sociedade/em-busca-do-tempo-perdido-8754.html, 03.05.2014. Adaptado)

05. De acordo com o autor,

- (A) o tempo que passava na estrada não lhe parecia extenso, mesmo com os comentários dos repórteres, pois ele apreciava dirigir.
- (B) as frequentes perguntas dos repórteres acerca do tempo gasto para ir de carro ao trabalho persuadiram-no a mudar de ocupação.
- (C) a lembrança do poema de Quintana permitiu a ele compreender que sua vida não era inútil como a das pessoas que apenas sonham com um mundo possível.
- (D) o conflito acerca do tempo despendido em suas viagens de carro dissipou-se após a lembrança do poema de Mario Quintana.
- (E) o poema de Quintana levou-o a perceber que valia a pena gastar o tempo que fosse dirigindo, pois o importante mesmo era seu destino: a escola.

06. A partir da leitura do último parágrafo, conclui-se, corretamente, que o autor passou a usar o tempo em que dirigia para

- (A) deixar o corpo relaxar, sem pensar em nada que fosse relevante.
- (B) projetar textos verbais a partir do exercício da imaginação.
- (C) planejar as aulas que ministraria quando chegasse ao seu destino.
- (D) apreciar a natureza, atento ao azul do céu e aos pássaros em revoada.
- (E) resolver assuntos práticos, que não exigissem muito raciocínio.

07. Assinale a alternativa que apresenta o substituto correto para a construção destacada.

- (A) Nas dezenas de entrevistas **a que fui submetido...** (1º parágrafo) – *às quais concedi*
- (B) **Torturei-me** durante algumas semanas... (3º parágrafo) – *Sujeitei-me à tortura*
- (C) Dias depois **me lembrei de** um poema de Mario Quintana... (4º parágrafo) – *reportei-me*
- (D) ... apenas ficavam **olhando as** pessoas nas janelas do trem... (4º parágrafo) – *examinando às*
- (E) O poema de Mario Quintana **devolveu-me a** paz. (5º parágrafo) – *deu-me à paz de volta*

08. A frase redigida corretamente, quanto à concordância padrão, é:

- (A) Faz alguns anos, alguns repórteres dirigiram a mim uma pergunta que passou a me incomodar.
- (B) Na maioria das vezes, as perguntas que me eram feitas não me deixava muito constrangido.
- (C) Os repórteres ficavam intrigados com o fato de ser gasto muitas horas para ir ao trabalho.
- (D) Aos poucos, começou a me incomodar as horas que eu perdia dentro do carro nas estradas.
- (E) Passei a me preocupar com cálculos e porcentagens, o que se mostraram extremamente torturante.

09. Leia o texto.

Um homem que dorme mantém em círculo em torno de si o fio das horas, a ordem dos anos e dos mundos. Ao acordar consulta-os instintivamente e neles verifica em um segundo o ponto da terra em que se acha, o tempo que decorreu até despertar; essa ordenação, porém, pode-se confundir e romper. Se acaso pela madrugada, após uma insônia, vem o sono surpreendê-lo durante a leitura, em uma posição muito diversa daquela em que dorme habitualmente, basta seu braço erguido para deter e fazer recuar o sol, e, no primeiro minuto em que desperte, já não saberá da hora, e ficará pensando que acabou apenas de deitar-se.

(Marcel Proust. *No caminho de Swann*. Trad. Mario Quintana. 17. ed. São Paulo: Globo, 1995, p. 11. [*Em busca do tempo perdido*, v. 1])

Em consonância com o restante do texto, no trecho – Um homem que dorme mantém em círculo em torno de si o fio das horas, a ordem dos anos e dos mundos. –, empregam-se termos com sentido figurado, atingindo, entre outros efeitos, o de

- (A) atribuir conotação negativa à representação do sono.
- (B) conferir características espaciais à noção de tempo.
- (C) descrever o sono como um ato meramente biológico.
- (D) sugerir que o insone dificilmente perde a noção do tempo.
- (E) enfatizar a estaticidade do corpo de alguém que está dormindo.

10. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto a seguir.

No caminho de Swann é o primeiro da série de sete romances que compõem a obra *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust. Teve em Mario Quintana um leitor arguto, que _____ para o português e preservou o alto teor lírico do texto original, certamente _____ sua sensibilidade criativa.

- (A) o traduziu ... lhe emprestando
- (B) traduziu-o ... emprestando-lhe
- (C) lhe traduziu ... o emprestando
- (D) o traduziu ... emprestando-o
- (E) traduziu-lhe ... emprestando-lhe

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. A Constituição Federal de 1988, utilizando como critério a extensão ou finalidade, conforme classificação apontada pela doutrina, pode ser tida como

- (A) histórica ou costumeira, pois surgiu da longa tradição do povo brasileiro, por meio de um contínuo processo histórico e social.
- (B) material ou dogmática, pois o seu conteúdo é de regras materialmente constitucionais.
- (C) dirigente ou analítica, na medida em que é composta de várias espécies normativas eleitas de acordo com os anseios do povo.
- (D) flexível, pois estabelece um processo legislativo especial para a reforma constitucional.
- (E) garantia ou sintética, pois contém apenas regras e princípios básicos referentes à organização e limites do Estado.

12. No que se refere ao processo legislativo, é correto afirmar que

- (A) lei complementar deve ser aprovada por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- (B) a discussão dos projetos de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal terá início no Senado Federal.
- (C) a sanção do Presidente da República tem o condão de suprir vício de iniciativa a projeto de lei.
- (D) não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Superiores e do Ministério Público.
- (E) a emenda à Constituição aprovada pelo Congresso Nacional será enviada à promulgação do Presidente da República.

13. É permitida a edição de medida provisória sobre matéria

- (A) relativa a abertura de crédito extraordinário para atendimento a despesas imprevisíveis e urgentes.
- (B) relativa a direito processual civil.
- (C) reservada a lei complementar.
- (D) já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
- (E) relativa a partidos políticos.

14. O processo e julgamento do Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, compete, privativamente,
- (A) ao Congresso Nacional.
 - (B) à Câmara dos Deputados.
 - (C) ao Senado Federal.
 - (D) ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados.
 - (E) ao Supremo Tribunal Federal.
15. No que se refere aos direitos e garantias individuais, é correto afirmar que constitui crime inafiançável e imprescritível a prática de
- (A) tráfico internacional de drogas.
 - (B) racismo.
 - (C) tortura.
 - (D) crimes definidos como hediondos.
 - (E) crimes praticados contra a Administração Pública que importem em atos de improbidade administrativa.
16. No que se refere ao mandado de injunção, é correto afirmar que
- (A) a legitimidade ativa é restrita a pessoas e órgãos elencados na Constituição Federal.
 - (B) o objeto é qualquer omissão constitucional.
 - (C) a competência é exclusiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) a competência é exclusiva dos Tribunais Superiores.
 - (E) a legitimidade ativa é qualquer pessoa.
17. A Constituição estabelece que o mandado eletivo poderá ser impugnado ante a
- (A) Justiça Comum, no prazo de dez dias contados da posse, instruída a ação com provas de improbidade administrativa.
 - (B) Justiça Eleitoral, no prazo de quinze dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder da máquina administrativa.
 - (C) Justiça Comum, no prazo de trinta dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
 - (D) Justiça Eleitoral, no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
 - (E) Justiça Eleitoral, no prazo de quarenta e cinco dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder político ou fraude.

18. Com fundamento na Constituição, podemos afirmar em relação aos efeitos das decisões de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade, que
- (A) o Supremo Tribunal Federal está vinculado às suas próprias decisões.
 - (B) produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante aos órgãos do Poder Legislativo e Executivo.
 - (C) o efeito *erga omnes* e vinculante não alcança os demais órgãos do Poder Judiciário.
 - (D) não há impeditivo constitucional para que o Poder Legislativo edite nova lei com idêntico conteúdo normativo ao do texto objeto da ação.
 - (E) produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, Legislativo e Executivo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

19. Com relação à anulação e revogação dos atos administrativos, é correto afirmar que
- (A) a revogação somente poderá ser ordenada pela Administração, gerando efeitos *ex tunc*.
 - (B) a anulação somente poderá ser ordenada pelo Poder Judiciário, gerando efeitos *ex nunc*.
 - (C) a revogação poderá ser ordenada pela Administração, gerando efeitos *ex tunc*.
 - (D) a anulação poderá ser ordenada pela Administração, gerando efeitos *ex nunc*.
 - (E) a revogação somente poderá ser ordenada pela Administração, gerando efeitos *ex nunc*.
20. Com relação aos atos discricionários, pode-se afirmar corretamente que o controle judicial
- (A) é possível, mas terá que respeitar a discricionariedade administrativa.
 - (B) é possível somente nas hipóteses em que se verifica um excesso de poder.
 - (C) é possível, não existindo qualquer restrição ao Poder Judiciário.
 - (D) não é possível, pois se alicerçam na oportunidade e conveniência da Administração.
 - (E) é possível somente nas hipóteses em que se verifica um desvio de poder.

21. O art. 37, § 6º da Constituição Federal determina que “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

Diante dessa previsão, é correto afirmar que, com relação à responsabilidade civil, o Brasil adotou a Teoria

- (A) do risco integral, diante da responsabilidade objetiva do Estado.
- (B) do risco administrativo, diante da responsabilidade objetiva do Estado.
- (C) da culpa consciente, diante da responsabilidade subjetiva do Estado.
- (D) da responsabilidade com culpa, diante da responsabilidade objetiva do Estado.
- (E) da irresponsabilidade do Estado, diante da responsabilidade subjetiva do Estado.

22. As Escolas Municipais do Município de Alumínio são

- (A) bens de uso especial e, no tocante ao regime jurídico, são inalienáveis enquanto estiverem afetados.
- (B) bens de uso comum e, no tocante ao regime jurídico, são inalienáveis enquanto estiverem afetados.
- (C) bens dominicais e, no tocante ao regime jurídico, são inalienáveis enquanto estiverem afetados.
- (D) bens de uso comum e, no tocante ao regime jurídico, não há qualquer restrição à sua alienação.
- (E) bens de uso especial e, no tocante ao regime jurídico, não há qualquer restrição à sua alienação.

23. Com relação aos Serviços Públicos, é correto afirmar que serviço

- (A) *uti singuli* é aquele prestado à coletividade, mas usufruído apenas indiretamente pelos indivíduos.
- (B) *uti universi* é aquele prestado à coletividade e usufruído diretamente pelos indivíduos.
- (C) *uti universi* é aquele prestado à coletividade, mas usufruído apenas indiretamente pelos indivíduos.
- (D) *uti singuli* é aquele que tem por finalidade a satisfação individual ou coletiva, porém sempre usufruído diretamente pelos indivíduos.
- (E) *uti universi* é aquele que tem por finalidade a satisfação individual ou coletiva, porém sempre usufruído indiretamente pelos indivíduos.

24. Com relação aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Em virtude do princípio do formalismo que inspira as atividades da Administração, os contratos administrativos deverão ser formalizados sempre por instrumento escrito.
- (B) Constituem cláusulas essenciais dos contratos administrativos aquelas indispensáveis à validade do negócio jurídico.
- (C) No caso de rescisão do contrato administrativo por razões de interesse público, o contratado não terá direito à reparação dos prejuízos causados.
- (D) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, desde que previstas no contrato.
- (E) Cláusulas de privilégio constituem verdadeiros princípios de direito privado aplicáveis aos contratos administrativos de direito público.

25. No que concerne à desapropriação, é correto afirmar que

- (A) na desapropriação indireta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse, e na desapropriação direta, a partir da efetiva ocupação do imóvel.
- (B) a incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, constitui anatocismo vedado em lei.
- (C) os juros compensatórios, na desapropriação indireta, incidem a partir da ocupação, calculados sobre o valor da indenização e não corrigidos monetariamente.
- (D) nas ações de desapropriação incluem-se no cálculo da verba advocatícia as parcelas relativas aos juros compensatórios e moratórios, devidamente corrigidas.
- (E) os honorários de advogado em desapropriação direta e indireta são calculados sobre a diferença entre a indenização e a oferta, corrigidas monetariamente.

26. Nos termos da Lei nº 8.429/92, assinale a alternativa que contempla uma das hipóteses previstas na legislação sobre ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito.

- (A) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (B) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- (C) Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (D) Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente.
- (E) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

27. Nos termos da Lei nº 8.666/93, é inexigível a licitação

- (A) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- (B) na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
- (C) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- (D) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (E) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

28. Nos termos do Decreto-Lei nº 201/67, é correto afirmar que são, entre outros, crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais:

- (A) sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores: retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade e deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária.
- (B) sujeitos ao julgamento da Câmara dos Vereadores, independentemente do pronunciamento do Poder Judiciário: apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio e utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos.
- (C) sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores: desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas e captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.
- (D) sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores: descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro e praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática.
- (E) sujeitos ao julgamento da Câmara dos Vereadores, independentemente do pronunciamento do Poder Judiciário: nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei e negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente.

DIREITO CIVIL

29. Considerando que Maria da Silva é usufrutuária vitalícia do imóvel em que reside, cuja nu-proprietária é sua filha, e que deve R\$ 50.000,00 a Luís da Silva, pretendendo dar garantia à dívida, esse usufruto

- (A) poderá ser objeto de penhor, uma vez que seu exercício pode ser cedido a título gratuito ou oneroso.
- (B) poderá ser objeto de penhor, por ser o exercício de um direito com expressão econômica.
- (C) poderá ser objeto de penhor, desde que a nu-proprietária concorde em alterá-lo para tempo determinado.
- (D) não poderá ser objeto de penhor, por não poder ser transferido por alienação.
- (E) não poderá ser objeto de penhor, pela impossibilidade de haver penhor de bem imóvel e o usufruto ser em caráter vitalício.

30. Quanto ao direito de preferência em caso de compra e venda, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando a coisa for indivisível, não há direito de preferência quando a alienação se der entre condôminos.
- (B) A preferência legal poderá ser derogada por vontade das partes, desde que se trate de bens divisíveis.
- (C) Há preferência na compra e venda entre cônjuges de bens excluídos da comunhão.
- (D) Os descendentes têm preferência na aquisição de bens dos ascendentes, quando estes forem alienados a título oneroso.
- (E) O direito de preferência convencional somente poderá ser ajustado nos contratos de compra e venda de bens que foram considerados indivisíveis por declaração de vontade.

31. O termo inicial do prazo de prescrição para o ajuizamento da ação de indenização por danos decorrentes de crime (ação civil *ex delicto*), de ação proposta contra empregador em razão de crime praticado por empregado no exercício do trabalho que lhe competia, é a data

- (A) da prática do ato ilícito.
- (B) da data da lesão.
- (C) do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- (D) da data do conhecimento do fato por parte do titular lesado.
- (E) da data do conhecimento do fato por parte do empregador.

32. Haverá simulação nos negócios jurídicos quando

- (A) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- (B) os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.
- (C) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- (D) não revestir a forma prescrita em lei.
- (E) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

33. O possuidor de má-fé:

- (A) terá ressarcidas as benfeitorias úteis.
- (B) terá garantido o direito de retenção, até o ressarcimento das benfeitorias necessárias.
- (C) terá garantido o direito de levantar as benfeitorias voluptuárias.
- (D) em regra, não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.
- (E) responde por todos os frutos colhidos e percebidos, tendo direito às despesas da produção e custeio.

34. O pagamento feito de boa-fé a credor putativo é

- (A) nulo de pleno direito.
- (B) ineficaz.
- (C) inexistente.
- (D) válido.
- (E) dependente de ratificação.

DIREITO DO CONSUMIDOR

35. No que diz respeito à Lei Federal nº 8.078/90, é correto afirmar que

- (A) os direitos nela previstos em favor do consumidor não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário.
- (B) tendo mais de um autor a ofensa contra o consumidor, o agente principal do ato danoso responde objetivamente, e os demais responderão subsidiariamente pela reparação dos danos.
- (C) estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem privada, porém de interesse social.
- (D) consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final ou intermediário.
- (E) a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores e fornecedores no mercado de consumo.

- 36.** Quanto à responsabilidade civil do fornecedor no âmbito das relações de consumo, com base na Lei Federal nº 8.078/90, cabe asseverar que
- (A) a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada objetivamente.
 - (B) o fabricante não será responsabilizado pelo fato do produto quando provar culpa concorrente do consumidor.
 - (C) o comerciante é igualmente responsável pelo fato do produto, ainda que conserve adequadamente os produtos perecíveis.
 - (D) não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pode o consumidor exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
 - (E) a ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.
- 37.** Sobre a defesa do consumidor em juízo, nos termos da Lei Federal nº 8.078/90, é correto afirmar que
- (A) são admissíveis as ações capazes de propiciar a adequada e efetiva tutela de seus direitos e interesses, desde que previstas no Código de Defesa do Consumidor.
 - (B) no cumprimento de sentença, a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos será admissível se por elas optar o credor ou o devedor.
 - (C) a coisa julgada coletiva em sentido amplo será ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, em se tratando de ação que verse sobre direitos difusos.
 - (D) em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao triplo das custas.
 - (E) nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, o Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará sempre como fiscal da lei.
- 38.** Com relação aos prazos no atual Código de Processo Civil, é correto afirmar que:
- (A) inexistindo prazo legal ou judicial para a prática dos atos processuais, esses deverão ser praticados em 15 (quinze) dias.
 - (B) a contagem de prazos será feita em dias úteis, mesmo que tais interregnos tenham caráter de direito material.
 - (C) será considerado intempestivo o prazo cumprido antes do termo inicial de sua contagem.
 - (D) na seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até dois meses.
 - (E) por se tratar o processo de direito indisponível, as partes não poderão renunciar aos prazos processuais.
- 39.** João mora em um condomínio edilício e é réu de uma ação de conhecimento promovida por Maria. Diante dessa situação, sob a ótica da legislação processual, é correto afirmar que a citação de João
- (A) será válida apenas se for realizada pessoalmente por meio de oficial de justiça.
 - (B) poderá ser feita pelo correio e terá validade mesmo que seja entregue a um funcionário da portaria do prédio onde ele mora.
 - (C) só será válida se for por correio, pois em ações de conhecimento não é possível outra modalidade de citação.
 - (D) poderá ser feita por hora certa caso o oficial de justiça por três vezes tente encontrar João sem sucesso, e suspeite que está se ocultando.
 - (E) caso seja realizada por hora certa, deverá ser comunicada a João no prazo de quinze dias contados da juntada do mandado aos autos.

40. Lucas trafegava com sua moto quando foi vítima de um acidente de trânsito, em que colidiu com o carro de Nicolas, que dirigia o veículo no momento da batida. Em decorrência da colisão, Lucas teve seu pé amputado. Há em trâmite uma ação penal onde se verificam as causas do acidente e eventual responsabilidade penal de Nicolas pelo evento lesivo. Lucas propôs posteriormente a ação penal, uma demanda pleiteando reparação civil pelos danos sofridos. Nessa situação, é correto afirmar:
- (A) se o conhecimento do mérito da ação depender da verificação da existência de fato delituoso, e havendo ação penal em curso, ocorrerá a suspensão do processo cível que não poderá ser superior a um ano.
 - (B) a responsabilidade civil independe da penal e por isso não poderá o juiz suspender o trâmite da ação.
 - (C) se a ação penal não for proposta no prazo de seis meses a contar da data da suspensão, o juiz poderá suspender o processo civil, devendo examinar incidentalmente a questão prévia sobre a responsabilidade penal.
 - (D) caso o processo seja suspenso por conta da existência da ação penal em trâmite, após o prazo de um ano sem que a questão de mérito seja apreciada na esfera penal, deverá o juiz extinguir o processo civil proferindo sentença terminativa.
 - (E) havendo ação penal em curso, haverá litispendência com a ação civil, e, portanto, deverá ser julgada esta última extinta com resolução do mérito.
41. Janaína propôs ação declaratória contra o Banco Nunes S/A. Em sua petição inicial esclareceu que não tinha interesse na realização da audiência de conciliação ou de mediação. Nessa situação, é correto afirmar:
- (A) caso o banco réu não queira participar de uma audiência de mediação ou conciliação, deverá fazer tal requerimento diretamente em sua contestação.
 - (B) se o banco réu optar pela realização da audiência de mediação e conciliação, o juiz, diante da manifestação da autora, deverá desmarcar a audiência.
 - (C) caso houvesse litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.
 - (D) num mesmo processo só pode ser realizada uma sessão de mediação ou conciliação.
 - (E) caso seja designada a audiência de mediação ou conciliação e Janaína não compareça, tal ausência será considerada ato atentatório à dignidade da justiça com aplicação de multa de até 1% sobre o valor da causa.
42. Sobre as disposições do atual Código de Processo Civil acerca do julgamento antecipado do processo, assinale a alternativa correta.
- (A) A decisão que julga antecipadamente o processo é una e tem natureza jurídica de sentença.
 - (B) É possível ser realizado o julgamento parcial do mérito apenas se houver pedidos que se mostrem incontroversos.
 - (C) Se houver julgamento parcial do mérito, a natureza jurídica da decisão permanece como sentença e pode ser atacada por recurso de apelação.
 - (D) Mesmo ocorrendo o julgamento parcial do mérito, a liquidação e execução só poderão ser propostas com a sentença final.
 - (E) Se o réu for revel e ocorrer os efeitos da revelia, não havendo requerimento para produção de outras provas, o juiz poderá proceder ao julgamento antecipado do mérito do processo.
43. Sobre a sentença, pelo que dispõe a atual legislação processual, é correto afirmar que
- (A) a decisão que acolhe a existência de convenção de arbitragem não resolve o mérito da questão e pode ser declarada de ofício pelo juiz.
 - (B) caso o juiz verifique que o processo ficou parado por mais de um ano por negligência das partes, antes de extingui-lo com resolução do mérito, deverá conceder prazo de cinco dias para que as partes supram a falta.
 - (C) caracterizada a perempção, a sentença deverá ser sem resolução do mérito, não podendo o autor propor nova ação, sendo que a argumentação poderá ser usada em eventual defesa de seus direitos.
 - (D) a sentença que reconhece a prescrição poderá ser prolatada de ofício em qualquer caso, extinguindo o processo com conhecimento do mérito, independentemente da oitiva das partes.
 - (E) a renúncia e a desistência à pretensão formulada nos autos extinguirá a ação com conhecimento do mérito.

44. Sobre as disposições do Código de Processo Civil a respeito da eficácia da sentença no que concerne à remessa necessária, certo é que

- (A) submeter-se-á a este instituto a sentença que julgar procedentes ou improcedentes os embargos à execução fiscal.
- (B) mesmo não havendo apelação, a sentença proferida contra a União que tenha um valor mínimo superior a 1.000 salários-mínimos deverá passar pela remessa necessária, sendo que se o juiz não o fizer deverá o presidente do respectivo tribunal avocá-la.
- (C) se a decisão estiver fundada em acórdão proferido pelo STF em julgamento de recursos repetitivos contra o Município, ainda assim deverá a sentença passar pelo crivo da remessa necessária.
- (D) se a condenação tiver proveito econômico de 600 salários-mínimos e o condenado for o Distrito Federal, não haverá necessidade de remessa necessária.
- (E) não se aplica as disposições de excepcionalidade da remessa necessária para as autarquias e fundações municipais.

45. Sobre a ação rescisória, é correto afirmar que

- (A) o Ministério Público deve sempre intervir nessas ações, mas dela nunca poderá ser parte.
- (B) a petição inicial da rescisória deve vir acompanhada de um depósito no valor de 5% do valor da causa, não havendo teto para que seja calculada tal quantia.
- (C) as ações rescisórias não podem ser julgadas improcedentes liminarmente, havendo sempre a necessidade de ser instalado o contraditório.
- (D) cabe ação rescisória de decisão que for baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamentos de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida e o padrão decisório que lhe deu fundamento.
- (E) cabe ação rescisória de sentença que homologa a transação e a desistência da ação.

46. Em um processo de conhecimento, o qual fique caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório das partes, a parte lesada poderá requerer tutela provisória de

- (A) evidência.
- (B) urgência cautelar incidental.
- (C) urgência antecipada antecedente.
- (D) urgência cautelar antecedente.
- (E) urgência antecipada incidental.

47. Sobre os litígios coletivos pela posse de imóvel, é correto afirmar que

- (A) nessas ações o juiz poderá conceder a liminar *inaudita altera pars*, independentemente da data do esbulho ou da turbação.
- (B) as disposições legais aplicáveis a litígios coletivos pela posse de imóvel também se aplicam aos litígios que versem sobre a propriedade de bens imóveis.
- (C) concedida a liminar nessas ações, se não for executada em um ano da data de sua concessão, caberá ao juiz designar audiência de conciliação ou mediação.
- (D) nesses litígios os órgãos responsáveis pela política agrária devem intervir obrigatoriamente por se tratar de questões de ordem pública.
- (E) a participação do Ministério Público é facultativa nos autos dessas demandas.

DIREITO DO TRABALHO

48. Para os efeitos exclusivos da relação de emprego, nos moldes expressos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), equiparam-se ao empregador:

- (A) a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.
- (B) as associações recreativas e as empresas coletivas que admitirem trabalhadores como empregados.
- (C) as instituições de beneficência, os profissionais liberais e as associações recreativas que admitirem trabalhadores como empregados.
- (D) a instituição sem fins lucrativos e a empresa individual, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.
- (E) a empresa, individual ou coletiva, e as associações recreativas que admitirem trabalhadores como empregados.

49. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é correto afirmar que não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador:

- (A) o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.
- (B) o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, independentemente de estarem caracterizados os pressupostos da relação de emprego.
- (C) o executado no domicílio do empregado, independentemente de estarem caracterizados os pressupostos da relação de emprego.
- (D) o executado fora do domicílio do empregado ou realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de trabalho.
- (E) o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que esteja caracterizado apenas um dos pressupostos da relação de trabalho.

50. Acerca do contrato individual de trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) dispõe que

- (A) o contrato individual de trabalho corresponde ao acordo tácito e expresso, correspondente à relação de emprego.
- (B) a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- (C) a alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará qualquer dos direitos dos empregados.
- (D) o contrato individual de trabalho não poderá ser acordado tácita e expressamente, por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.
- (E) o contrato de trabalho por prazo determinado que, de forma expressa, for prorrogado uma vez, passará a vigorar sem determinação de prazo.

51. É prerrogativa dos Sindicatos:

- (A) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social.
- (B) manter serviços de assistência judiciária para os associados.
- (C) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal.
- (D) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito.
- (E) julgar os atos da Diretoria relativos a penalidades impostas a associados.

52. Em relação à remuneração, em conformidade com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho (TST), é correto afirmar que

- (A) o vale para refeição, fornecido por força de convenção coletiva de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.
- (B) os percentuais fixados em lei relativos ao salário "in natura" apenas se referem às hipóteses em que o empregado percebe salário-mínimo, apurando-se, nas demais, o real valor da utilidade.
- (C) a habitação, a energia elétrica e o veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, têm natureza salarial.
- (D) a habitação fornecida como salário-utilidade deverá atender aos fins a que se destina e não poderá exceder 20% (vinte por cento) do salário-contratual.
- (E) a alimentação fornecida como salário-utilidade deverá atender aos fins a que se destina e não poderá exceder 25% (vinte e cinco por cento) do salário-contratual.

53. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado até o

- (A) primeiro dia útil imediato ao término do contrato, ou até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.
- (B) décimo dia útil imediato ao término do contrato, ou até o primeiro dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.
- (C) primeiro dia imediato ao término do contrato, ou até o décimo dia útil, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.
- (D) primeiro dia imediato à data da assinatura da rescisão do contrato, ou até o décimo dia útil, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.
- (E) primeiro dia útil imediato ao término do prazo da homologação do contrato, ou até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

DIREITO TRIBUTÁRIO

54. De acordo com o princípio da legalidade tributária previsto na Constituição Federal do Brasil (CFB), assinale a alternativa a seguir que apresenta uma espécie tributária **não passível** de instituição por Medida Provisória.

- (A) Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- (B) Imposto sobre importação de produtos estrangeiros.
- (C) Contribuição social sobre o lucro líquido.
- (D) Contribuição de iluminação pública.
- (E) Empréstimos compulsórios.

- 55.** Segundo a Constituição Federal do Brasil (CFB), pertencem aos Municípios
- (A) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - (B) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - (C) trinta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - (D) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - (E) trinta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- 56.** A anistia, segundo o Código Tributário Nacional (CTN), pode ser concedida
- (A) em caráter geral, às infrações da legislação relativa a determinado tributo.
 - (B) em caráter geral, às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.
 - (C) extensivamente, a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
 - (D) limitadamente, sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.
 - (E) subsidiariamente, às infrações da legislação relativas a determinado tributo.
- 57.** Nos termos da Lei de Execução Fiscal (LEF), o executado será citado para, no prazo de
- (A) 15 (quinze) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
 - (B) 30 (trinta) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
 - (C) 10 (dez) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
 - (D) 60 (sessenta) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
 - (E) 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- 58.** De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), prescreve em
- (A) 5 (cinco) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição do pagamento indevido.
 - (B) 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição do pagamento indevido.
 - (C) 1 (um) ano a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição do pagamento indevido.
 - (D) 3 (três) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição do pagamento indevido.
 - (E) 10 (dez) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição do pagamento indevido.
- 59.** Assinale a alternativa que apresenta um tributo regido pelo princípio da não afetação.
- (A) Taxa em razão do exercício do poder de polícia.
 - (B) Taxa pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
 - (C) Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
 - (D) Empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
 - (E) Imposto.
- 60.** Estabelece o Código Tributário Nacional (CTN) que
- (A) o fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
 - (B) o fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe o pagamento de tributo ou penalidade cabível.
 - (C) salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
 - (D) salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
 - (E) a autoridade administrativa não poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

61. Nos termos da lei que institui a medida cautelar fiscal e dá outras providências, pode-se afirmar que
- (A) a medida cautelar fiscal não poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor, sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado.
 - (B) a medida cautelar fiscal não poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor, tendo domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando a elidir o adimplemento da obrigação.
 - (C) a decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade dos bens do requerido, até o limite da satisfação da obrigação.
 - (D) a medida cautelar fiscal poderá ser requerida ao Juiz competente para a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.
 - (E) do despacho que conceder liminarmente a medida cautelar caberá agravo retido.

DIREITO FINANCEIRO

62. Segundo a lei que estatui as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para
- (A) manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
 - (B) despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
 - (C) o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização dessas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
 - (D) aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.
 - (E) aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.

63. De acordo com a lei que estatui as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) Será admitida a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.
 - (B) Os agentes da arrecadação não devem fornecer recibos das importâncias que arrecadarem.
 - (C) O empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
 - (D) É permitida a realização de despesa sem prévio empenho.
 - (E) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
64. De acordo com a lei que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, assinale a alternativa correta.
- (A) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
 - (B) Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos não serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".
 - (C) Considera-se incompatível com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
 - (D) Considera-se adequada com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que apesar de não se conformar com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos, não infrinja qualquer de suas disposições.
 - (E) Não considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
65. Segundo a lei que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências, o prazo de validade das propostas será de
- (A) 30 (trinta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
 - (B) 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
 - (C) 90 (noventa) dias, se outro não estiver fixado no edital.
 - (D) 45 (quarenta e cinco) dias, se outro não estiver fixado no edital.
 - (E) 15 (quinze) dias, se outro não estiver fixado no edital.

66. Um brasileiro, João, que reside em Buenos Aires, Argentina, decide matar um desafeto, José, que reside na cidade de Alumínio, SP, Brasil. João, em sua residência, fabrica uma “carta-bomba”, no dia 10, e, no mesmo dia, posta o objeto em uma unidade dos correios de Buenos Aires, com destino a Alumínio. O artefato é recebido por José, em Alumínio, no dia 20. No dia 25 é aberto, explode e mata José. Com relação à aplicação da Lei Penal, e de acordo com os arts. 4º e 6º do CP, assinale a alternativa que traz, respectivamente, o dia do crime e o local em que ele foi praticado.

- (A) 10; apenas Buenos Aires.
- (B) 10; Buenos Aires ou Alumínio.
- (C) 20; apenas Alumínio.
- (D) 25; apenas Alumínio.
- (E) 25; Buenos Aires ou Alumínio.

67. O crime de “atentado contra a segurança de outro meio de transporte”

- (A) é classificado como crime de dano.
- (B) é apenado com reclusão e multa, seja qual for a modalidade.
- (C) apenas se configura se ocorre dano à saúde ou patrimônio público.
- (D) é punido tanto por dolo como por culpa mas, nesta modalidade, apenas se ocorre desastre.
- (E) não pune aquele que simplesmente dificulta o funcionamento do meio de transporte.

68. A conduta de “falsificar cartão de crédito ou débito”

- (A) é considerada falsidade de documento particular.
- (B) é considerada falsidade de documento público.
- (C) é considerada falsidade ideológica.
- (D) é crime assimilado ao estelionato.
- (E) não é prevista no CP.

69. Quanto ao plebiscito, assinale a alternativa correta.

- (A) É posterior à criação do ato legislativo que trate do assunto em pauta.
- (B) É convocado mediante decreto legislativo.
- (C) Considera-se inviável para discussão de matéria administrativa.
- (D) Caberá ao Congresso Nacional fixar a data dessa consulta popular.
- (E) Será considerado aprovado ou rejeitado por maioria absoluta.

70. Sobre o sistema eleitoral brasileiro e a filiação partidária, assinale a alternativa correta.

- (A) Estão permitidas as candidaturas avulsas, desde que o candidato esteja no gozo de seus direitos políticos.
- (B) Para concorrer a cargo eletivo, a filiação partidária deverá ocorrer, pelo menos, um ano antes do pleito.
- (C) Para se desligar de partido, o filiado deve comunicar por escrito o órgão de direção municipal e o Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.
- (D) Na existência de dupla filiação partidária, ambas são consideradas nulas para todos os efeitos.
- (E) Não perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar do partido pelo qual foi eleito, exceto se concorrer a cargo no executivo.

71. É proibido ao agente público

- (A) nos três meses que antecedem a eleição e até a posse dos eleitos, nomear para cargos do Poder Judiciário ou Tribunal de Contas.
- (B) realizar, no ano que antecede a eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais.
- (C) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, no semestre que antecede as eleições.
- (D) fazer qualquer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, caso seja candidato e anunciar sua candidatura.
- (E) ceder servidor público para comitês de campanha eleitoral de candidato, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.

**TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS,
COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS**

72. Em relação à Lei Federal nº 12.651/12, que versa sobre a proteção da vegetação nativa, é correto afirmar que

- (A) as obrigações nela previstas têm natureza pessoal, mas são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.
- (B) na utilização e exploração da vegetação, as ações ou omissões contrárias às suas disposições são consideradas uso equivocado da propriedade.
- (C) o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial, para os empreendimentos licitados a partir da vigência dessa Lei, deverá ser apresentado ao órgão ambiental concomitantemente com o Plano Básico Ambiental.
- (D) considera-se de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por lei municipal, as áreas de vegetação destinadas a proteger sítios de valor cultural.
- (E) não é permitida a conversão de vegetação nativa para uso alternativo do solo no imóvel rural que possuir área explorada.

73. A respeito da Lei Federal nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, cabe asseverar que

- (A) a pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.
- (B) à pessoa com transtorno do espectro autista preexistente poderá ser negada a participação em planos privados de assistência à saúde, garantido, porém, o amplo e irrestrito acesso a qualquer unidade de saúde da rede pública.
- (C) o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 2 (dois) a 20 (vinte) salários-mínimos.
- (D) a pessoa com transtorno do espectro autista, incluída nas classes comuns de ensino regular, terá direito a acompanhante especializado.
- (E) para cumprimento das diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o poder público poderá firmar convênio com pessoas jurídicas de direito privado, desde que de caráter associativo.

74. No que concerne à proteção do idoso no sistema jurídico brasileiro, é correto afirmar que

- (A) a suspeita de violência praticada contra idosos será objeto de notificação, se grave, pelos serviços de saúde públicos e privados, à autoridade sanitária.
- (B) as instituições de saúde devem promover a orientação, o treinamento e a capacitação de seus profissionais para atendimento do idoso, com exceção dos cuidadores familiares e grupos de auto-ajuda.
- (C) não estando o idoso em condições de proceder à opção pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável, deve ela ser feita pelo médico, quando o atendimento ocorrer em unidade de pronto atendimento.
- (D) ao idoso internado ou em observação, se necessário, é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral.
- (E) é assegurado ao idoso enfermo o atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para expedição do laudo de saúde necessário ao exercício de seus direitos sociais.

75. Sobre o parcelamento do solo, considera-se

- (A) loteamento: a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação e logradouros públicos, desde que não implique na modificação ou ampliação das vias existentes.
- (B) desmembramento: a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, ainda que implique na abertura parcial de novas vias e logradouros públicos.
- (C) lote: o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
- (D) infraestrutura básica: os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais; iluminação pública e das áreas comuns; esgotamento sanitário; abastecimento de água potável; energia elétrica pública, das áreas comuns e domiciliar; e vias de circulação.
- (E) de interesse público: os parcelamentos vinculados a planos ou programas habitacionais de iniciativa das Prefeituras Municipais, da União, dos Estados e do Distrito Federal, em especial as regularizações de parcelamentos e de assentamentos.

76. Assinale a alternativa correta referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

- (A) Disporá sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos e radioativos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.
- (B) A prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, é um de seus objetivos.
- (C) O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico, histórico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania, é um de seus princípios norteadores.
- (D) A existência de órgãos colegiados municipais e estaduais, destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos, é um de seus instrumentos.
- (E) As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Municipal de Operadores de Resíduos Perigosos.

77. No que tange à Política Nacional de Recursos Hídricos, cabe asseverar que

- (A) a água, como bem de domínio privado, porém de ordem pública, constitui um de seus fundamentos.
- (B) a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário e marítimo, com vistas ao desenvolvimento sustentável, é um de seus objetivos.
- (C) a gestão sistemática dos recursos hídricos, com dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade, constitui diretriz geral de ação para sua implementação.
- (D) a compensação a municípios é um de seus instrumentos.
- (E) o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos é de competência dos Municípios.

78. O prefeito do Município de Alumínio poderá

- (A) gozar sessenta dias de férias anuais.
- (B) receber em pecúnia as férias não gozadas.
- (C) ausentar-se do município, sem licença da Câmara Municipal, pelo período de dez dias.
- (D) receber os vencimentos, quando licenciado, exceto quando assuma o posto o presidente da Câmara Municipal.
- (E) representar o município em missão, somente quando autorizado pela Câmara Municipal.

79. No que diz respeito à organização dos transportes públicos no Município de Alumínio, assinale a alternativa correta.

- (A) Será assegurada a gratuidade do transporte coletivo municipal aos maiores de 60 anos, se mulher, e 65, se homem.
- (B) A operação e execução do sistema será feita de forma direta pelo Município, vedada a concessão.
- (C) A tarifa do transporte coletivo local será definida por lei, votado por maioria simples da Câmara Municipal.
- (D) Fica assegurada a participação popular organizada na fixação da tarifa itinerário do sistema de transporte.
- (E) É de responsabilidade do poder público municipal o planejamento, o gerenciamento e a operação dos vários modos de transporte.

80. No que diz respeito à Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos poderes do Município, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Alumínio, assinale a alternativa correta.

- (A) É proibida a filiação sindical do servidor diversa ao cargo técnico ao que foi contratado.
- (B) O direito de greve dos servidores será regulamentado em lei municipal, cujos limites serão por ela definidos.
- (C) Não haverá contratação por tempo determinado de servidor que não tenha sido admitido em concurso público.
- (D) Os vencimentos dos empregados do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (E) Os acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor serão computados e acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

